



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

PARECER Nº 217/CG/CMPV-2025

PROCESSO ELETRÔNICO	00600-00027815/2025-24-e
ORIGEM:	DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº. 1/2025 - DAF/CMPV
OBJETO:	Aquisição de material de consumo Gás GLP
RESERVA ORÇAMENTÁRIA Nº. 26/2025 - DOR/CMPV	R\$ 5.120,00 (Cinco mil, cento e vinte reais). (e-DOC 83DC276F)
ASSUNTO:	Análise e Emissão de Parecer quanto à Dispensa de Licitação.
PARECER JURÍDICO:	Nº 94/PG/CMPV/2025 (e-DOC C0C05F36– PEÇA 27)

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCS, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº 00600-00027815/2025-24-e, advindo da Diretoria Administrativa e Financeira, que trata da contratação de empresa especializada em fornecimento de gás de cozinha mediante dispensa licitatória, com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme OFÍCIO INTERNO N.º 73/DAF/CMPV (e-DOC 1447A5A1), Documento De Formalização De Demanda (DFD) Nº. 1/2025 – DAF/CMPV, acompanhado do Estudo Técnico Preliminar nº 4/2025 (e-DOC 4FE1001A) e do Termo de Referência Nº 4/2025(e-DOC 7AB743C0), cujos os bens a serem adquiridos segue descrito conforme ANEXO:

Item	Descrição/Especificação	UNIDADE	Quantidade
01	Recarga de Gás do tipo GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), envasado em botijões compatíveis com o padrão		



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

	nacional; <ul style="list-style-type: none">● Capacidade: 13 kg por unidade;● Produto devidamente acondicionado em recipiente seguro, lacrado, com selo de certificação do INMETRO e registro na ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis);● Garantia de procedência e segurança no uso doméstico, com conformidade às normas técnicas brasileiras, especialmente em relação a vazamentos e riscos associados ao manuseio;● Recarga compatível com os botijões já utilizados pela Câmara Municipal, sem necessidade de adaptação.	Recarga	40
--	--	---------	----

No e-DOC 4FE1001A– PEÇA 03, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 05/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional n.º 14.133/2021), **contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação.**

No e-DOC 7AB743C0 – PEÇA 04, constata-se o Termo de Referência como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto “AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - Recarga de Gás de Cozinha de 13 KG - GLP”, o que realmente foi solicitado.

Consta nas peças 7, 8 e 9 as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios, e-DOC 890E20B3 – PEÇA 10, elaborado pela Divisão De Compras E Instrução Processual e ratificado pela Gerente Administrativo senhora Andressa Marques Monte, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **“A.C.F MOREIRA – ME CNPJ: 14.410.553/0001-27 –, com o valor total R\$ 5.120,00**



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

(cinco mil, cento e vinte), conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

EMPRESA PROPONENTE	VALOR DA PROPOSTA
A.C.F MOREIRA – ME CNPJ: 14.410.553/0001-27	R\$ 5.120,00
ROAD COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.555.440/0001-29	R\$ 5.200,00
QUEIROZ DIST. E CONVENIÊNCIA-EIRELI – CNPJ: 22.642.962/0001-87	R\$ 5.208,00
MEDIA PREÇO TOTAL (R\$)	R\$ 5.176,00

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 94/PG/CMPV/2025 (e-DOC C0C05F36 – Peça 27), doutrinando através do art. Art. 75, caput, incisos I e II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que *“Como bem observado pela CPL, considerando o valor e as especificações da despesa a ser contratada, a lei permite a aquisição mediante dispensa licitatória, motivo pelo qual, coadunando com o entendimento, entendemos pela possibilidade jurídica da contratação na modalidade licitatória apontada, desde que observados os requisitos legais próprios à espécie”*.

No e-DOC 83DC276F – Peça 23, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 26/2025 – 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO –, **no valor total de R\$ 5.120,00 (cinco mil, cento e vinte reais)**, atendendo assim o que declina o artigo 72, inciso iv, da lei nº 14.133/2021, que assim reza:

Art. 72.O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo, as certidões negativas solicitadas em lei, que constam acostadas nas peças 12, 13, 14, 15, 17 e 18 devidamente atualizadas quando do envio da cotação de preços, com as respectivas confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser atualizadas por ocasião da elaboração do instrumento contratual pelo setor jurídico e também por ocasião do pagamento da despesa.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

Ainda, consta também nas peças 11, 16, 19, 20, e 32, farta documentação da empresa cotante do menor preço, anexadas pela divisão de compras e instrução processual, ratificada pela gerente administrativo, senhora Andressa Marques monte, confirmando assim a existência jurídica bem como as atividades econômicas de acordo com o objeto ora contratado, atestado de capacidade técnica, contrato social, documento de habilitação fornecedor certidão negativa cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa.

No e-DOC AA96C9E7 – Peça 25, encontra-se acostado a análise técnica da Comissão Permanente de Contratação e Compras – CPCC acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Ademais, não identificamos no interior do processo em apreço o Termo de Deliberação pela modalidade de Dispensa de Licitação, **o qual dever-se-á ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo.**

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

Encaminhe-se:

AO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

- 1- Ao Senhor Gestor **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, tomar conhecimento deste parecer; e
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa

A
DIVISÃO DE ORÇAMENTO:

Emitir nota de empenho no valor total de valor total de R\$ 5.120,00 (cinco mil, cento e vinte reais), no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no e-DOC 83DC276F – Peça 23, discriminando o item de acordo com o detalhamento da nota de pré-empenho), observando as orientações dessa Controladoria.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

A

PROCURADORIA GERAL

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 23 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)

Ivair Martins Passarinho
Controlador Geral-CMPV
Dec.555/2025



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 23/07/2025, 13:20:36